



PROGRAMA OPERACIONAL CAPITAL HUMANO

AVISO n.º POCH-77-2015-01

Programa Operacional Capital Humano

Convite para apresentação de candidaturas

Assistência técnica

Eixo Prioritário	5 - Assistência Técnica
Prioridade de Investimento	Não aplicável
Objetivo específico	2.5.2. Assegurar as condições adequadas ao exercício das atividades associadas à gestão, acompanhamento, avaliação, monitorização, divulgação e controlo interno do POCH, de forma a garantir um desempenho eficaz e, com a qualidade desejável, o cumprimento dos objetivos definidos para o PO
Indicadores de Realização	Ações de acompanhamento on-spot: 900 (valor-alvo em 2023) Avaliações produzidas: 2 (valor-alvo em 2023)
Indicadores de Resultado	Despesa coberta pelas ações de acompanhamento no local (<i>on-spot</i>): 6% (valor-alvo em 2023)

Data de Abertura: 2015-05-27

Data de Fecho: Em contínuo

ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO DAS OPERAÇÕES A APOIAR.....	2
2. BENEFICIÁRIOS.....	2
3. TIPOLOGIAS.....	2
4. AÇÕES ELEGÍVEIS.....	2
5. DOTAÇÃO FINANCEIRA E NÍVEL DE COFINANCIAMENTO.....	3
6. LIMITES AO NÚMERO DE CANDIDATURAS A APRESENTAR.....	3
7. ÂMBITO GEOGRÁFICO.....	4
8. FORMA DE APOIO.....	4
9. CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE DOS BENEFICIÁRIOS, DA OPERAÇÃO E DAS DESPESAS A COFINANCIAR.....	4
10. DURAÇÃO MÁXIMA DAS OPERAÇÕES A APOIAR.....	5
11. PERÍODO PARA A RECEÇÃO DE CANDIDATURAS.....	5
12. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS.....	5
13. PROCESSO DE DECISÃO.....	5
14. METODOLOGIA DE SELEÇÃO.....	5
15. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS CANDIDATURAS.....	6
16. CONTRATUALIZAÇÃO DE RESULTADOS DAS OPERAÇÕES A FINANCIAR.....	6
17. ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DO MÉRITO E PELA DECISÃO DE APROVAÇÃO.....	6
18. ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES.....	6
19. COMUNICAÇÃO DA DECISÃO AO BENEFICIÁRIO.....	6
20. PONTO DE CONTACTO.....	7

1. ENQUADRAMENTO DAS OPERAÇÕES A APOIAR

O Eixo 5 do PO CH - Assistência Técnica - destina-se a suportar um conjunto de atividades associadas à gestão, acompanhamento e controlo interno, avaliação e informação do Programa Operacional Capital Humano (PO CH). Para tal, este Eixo prevê o desenvolvimento de um conjunto de ações diversificadas e integradas numa lógica de criação de um sistema de apoio à gestão, que permita atingir ou superar os resultados definidos na programação do Portugal 2020, garantindo padrões de qualidade em todas as operações cofinanciadas pelo PO CH.

O objetivo-chave é criar as condições para o exercício eficaz e eficiente das competências e atribuições da Autoridade de Gestão, nomeadamente as relativas às atividades de conceção, preparação, gestão, controlo, acompanhamento, monitorização e avaliação, informação, publicidade, divulgação e sensibilização do Programa, garantindo um apoio adequado aos beneficiários e uma ampla divulgação aos cidadãos e aos agentes económicos.

2. BENEFICIÁRIOS

2

O presente convite para a apresentação de candidatura é destinado exclusivamente à Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência, uma vez que nos termos estabelecidos no n.º 6 do mapa III do Anexo I da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 dezembro 2014, o apoio logístico e administrativo à autoridade de gestão do Programa Operacional Capital Humano, enquanto órgão de governação do Programa, conforme o disposto no n.º 1 do artigoº 19 do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, é assegurado por este serviço.

3. TIPOLOGIAS

Tipologia de intervenção nº 77 – Assistência Técnica

Tipologias de operação n.ºs:

- 5.1 - Apoio Técnico à Gestão
- 5.2 - Ações de Divulgação, Informação e Promoção
- 5.3 - Estudos de Avaliação
- 5.4 - Sistemas de Informação e monitorização

4. AÇÕES ELEGÍVEIS

As ações elegíveis no âmbito do presente convite e que poderão ser incluídas na candidatura são as abaixo indicadas:

- Funcionamento da estrutura de apoio técnico e apoio logístico;
- Acompanhamento da execução do Programa;
- Auditorias, ações de controlo e de verificação das operações;

- Desenvolvimento de ações que assegurem a prevenção, deteção e correção de irregularidades, adotando nomeadamente medidas antifraude eficazes e proporcionadas, tendo em conta os riscos identificados, e um conjunto de medidas de natureza preventiva tais como a adoção de um “Plano de Gestão de Riscos de Fraude e Infrações Conexas”, a realização de ações de formação para as equipas técnicas e de divulgação junto dos beneficiários, e ainda a adoção de procedimentos internos para análise do risco e estabelecimento de procedimentos internos de natureza corretiva;
- Desenvolvimento, atualização e manutenção de um sistema integrado de informação e monitorização do PO CH e dos Organismos Intermédios responsáveis pela gestão de cada uma das tipologias de operação;
- Desenvolvimento/integração de soluções que otimizem a relação com os promotores, gerindo de forma eficiente, a informação disponível;
- Desmaterialização integral de todos os processos internos e de interação com os promotores, garantindo a interoperabilidade com outros sistemas de informação no âmbito do Portugal 2020;
- Estudos de avaliação e de análise do Programa, incluindo aqueles que sejam relevantes para a concretização das estratégias dos vários domínios apoiados pelo PO;
- Informação, divulgação e publicitação do programa e seus instrumentos, com destaque para a divulgação de bons resultados de projetos apoiados, envolvendo o testemunho dos beneficiários na apresentação do conteúdo do projeto, dos resultados obtidos e dos resultados alcançados;
- Formação e capacitação dos órgãos de gestão do programa (Autoridade de Gestão e Organismo Intermédio) nomeadamente em domínios específicos, como contratação pública, análise custo-benefício e auxílios de estado ou outros considerando pertinentes.

A candidatura a apresentar deve respeitar as ações elegíveis definidas, explicitando aquelas que a Autoridade de Gestão necessite de concretizar para o cumprimento da sua missão, durante o período de vigência e no âmbito das respetivas competências.

5. DOTAÇÃO FINANCEIRA E NÍVEL DE COFINANCIAMENTO

5.1. Dotação indicativa

A dotação máxima de Fundo Social Europeu (FSE) a alocar ao presente aviso é de 30.000.000 €

5.2. Taxa de cofinanciamento

A taxa de cofinanciamento máxima a aplicar é de 85% a incidir sobre o montante da despesa pública.

6. LIMITES AO NÚMERO DE CANDIDATURAS A APRESENTAR

Não existe limite ao número de candidaturas a apresentar pelo beneficiário, atendendo à especificidade destas operações e à necessidade de haver uma gestão flexível, rigorosa e adequada às exigências da autoridade de gestão.

7. ÂMBITO GEOGRÁFICO

Não aplicável, atendendo à especificidade destas operações que beneficiam de forma indireta todas as regiões abrangidas pelo PO CH.

8. FORMA DE APOIO

A forma do apoio a conceder à candidatura a aprovar no âmbito do presente convite reveste a natureza de subvenção não reembolsável.

9. CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE DOS BENEFICIÁRIOS, DA OPERAÇÃO E DAS DESPESAS A COFINANCIAR

9.1. Elegibilidade do beneficiário

O beneficiário terá que assegurar o cumprimento dos critérios estabelecidos no disposto nos artigos 13.º e 14.º do decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

9.2. Elegibilidade da operação

A operação candidata, no âmbito do presente convite, tem que evidenciar o respeito pelas ações elegíveis previstas no ponto 4 do presente aviso.

9.3. Elegibilidade das despesas

Em conformidade com o artigo 65.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro, são elegíveis a cofinanciamento as despesas incorridas pelo beneficiário e pagas entre 1 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2023, inerentes aos objetivos definidos que concorram para o regular exercício das competências dos órgãos de governação dos PO e realizadas pelos beneficiários previstos, designadamente:

- Remunerações e encargos sociais incluindo contratação de pessoal, quando necessário para garantir e assegurar o eficaz e adequado desempenho das competências atribuídas à Autoridade de Gestão;
- Aquisição de bens duráveis e de consumo., bem como as despesas com a aquisição de serviços, entre os quais encargos com instalações, incluindo rendas e trabalhos de adaptação, instalação de *data-centres* e redes informáticas, serviços de limpeza, vigilância e segurança;
- Despesas relacionadas com deslocações e estadas efetuadas no âmbito do exercício das competências atribuídas à Autoridade de Gestão e pessoal afeto à estrutura de apoio técnico ao Programa;
- Promoção e organização de seminários e colóquios, conferências nas áreas de atuação abrangidas pelo programa com destaque para a realização de sessões de apresentação e esclarecimentos, publicações, seminários e campanhas publicitárias;
- Despesas necessárias para a implementação, desenvolvimento e funcionamento dos sistemas de informação para a gestão, acompanhamento, controlo interno, monitorização e avaliação do Programa, incluindo aquisição ou aluguer de

equipamento informático e desenvolvimento de aplicações informáticas específicas.

10. DURAÇÃO MÁXIMA DAS OPERAÇÕES A APOIAR

As candidaturas apresentadas no âmbito deste concurso têm a duração máxima de 36 meses, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 3.º da Portaria 60-A/2015, de 2 de março.

11. PERÍODO PARA A RECEÇÃO DE CANDIDATURAS

A apresentação das candidaturas decorre em contínuo, encontrando-se aberto o concurso a partir das 00:00h do dia 27 de maio de 2015.

12. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

As candidaturas deverão ser submetidas no Balcão do Portugal 2020 e instruídas de acordo com as disposições previstos no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro e nos termos definidos no presente aviso.

O beneficiário deverá obter previamente a sua credenciação junto do Balcão Portugal 2020.

13. PROCESSO DE DECISÃO

O processo de decisão das candidaturas integra três fases:

- i) Análise de admissibilidade através da verificação das condições de elegibilidade dos beneficiários nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e dos critérios de elegibilidade definidos para a operação, a realizar pela Autoridade de Gestão, em conformidade com o texto do Programa;
- ii) Avaliação do mérito do projeto, com base na metodologia e nos critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do PO CH;
- iii) Decisão sobre o financiamento dos projetos em conformidade com as regras de elegibilidade definidas e tendo em conta as disponibilidades financeiras.

14. METODOLOGIA DE SELEÇÃO

Não havendo lugar a concorrência na concretização e no financiamento das operações, estas são avaliadas com base no seu mérito absoluto.

O mérito da operação é determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares de cada um dos critérios de seleção, sendo estes classificados numa escala de números inteiros de 1 a 5 (1, 3 e 5) pontos, em que 5 representa uma valoração Elevada, 3 uma valoração média e 1 uma valoração Reduzida.

Para o efeito aplica-se a cada critério de seleção a ponderação constante do quadro infra.

A classificação final será estabelecida com 2 casas decimais, não sendo elegíveis as operações com uma média ponderada inferior a 3 pontos.

15. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS CANDIDATURAS

A seleção dos apoios a conceder tem por base os critérios de seleção aprovados no Comité de Acompanhamento do Poch, consubstanciados nos subcritérios e respetiva ponderação constante na grelha de avaliação (Anexo I).

16. CONTRATUALIZAÇÃO DE RESULTADOS DAS OPERAÇÕES A FINANCIAR

Em caso de aprovação da candidatura serão contratualizados em termos de metas a atingir os indicadores de acordo com as características da operação.

17. ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DO MÉRITO E PELA DECISÃO DE APROVAÇÃO

A análise do mérito da operação e a decisão da aprovação é da responsabilidade da Autoridade de Gestão do Poch.

18. ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES

A Autoridade de Gestão do Poch pode requerer ao Beneficiário esclarecimentos e/ou elementos adicionais, os quais devem ser apresentados no prazo máximo de dez dias úteis, contados a partir da data em que os mesmos sejam formalmente solicitados.

Concluído este prazo, se não forem prestados os esclarecimentos requeridos pelo beneficiário, a respetiva candidatura será analisada com os documentos e informação disponíveis.

19. COMUNICAÇÃO DA DECISÃO AO BENEFICIÁRIO

A decisão sobre as candidaturas apresentadas será proferida pela Autoridade de Gestão no prazo de 60 dias úteis, a contar da data limite para a respetiva apresentação, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei 159/2014 de 27 de outubro.

O prazo referido suspende-se em 10 dias úteis, quando sejam solicitados aos candidatos quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez.

20. PONTO DE CONTACTO

Sem prejuízo da obtenção de informação adicional através do portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt), pedidos de informação ou esclarecimento podem ainda ser dirigidos a:

Programa Operacional Capital Humano
Avenida Infante Santo º 2, 6.º andar, 1350-346, Lisboa
Telefone: +351 213 944 991
Correio eletrónico: poch@poch.portugal2020.pt.

Lisboa, 26 de maio de 2015

Programa Operacional Capital Humano

O Presidente da Comissão Diretiva

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Pedro Valentim Taborda", is written over a light blue horizontal line.

Pedro Valentim Taborda

ANEXO I
CRITÉRIO DE SELEÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO PO CH - GRELHA DE AVALIAÇÃO

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	TIPO CRITÉRIO	VALORAÇÃO	GESTÃO, ACOMPANHAMENTO, CONTROLO, AVALIAÇÃO E COMUNICAÇÃO					
			Funcionamento	Auditoria e Controlo	Sistemas de Informação	Estudos e Avaliação	Comunicação e Divulgação	Formação e capacitação das equipas de gestão
Grau de relevância da operação para os objetivos específicos e resultados definidos ao nível do Eixo Prioritário: a) Adequação da operação aos objetivos específicos definidos ao nível do Eixo Prioritário para cada PO; b) Grau de contributo da operação para o alcance dos indicadores de resultado definidos, ao nível do Eixo Prioritário para cada PO.	Comum	5 - Elevada 3 - Média 1- Reduzida	30%	30%	25%	25%	15%	20%
Grau de adequação da operação para o desenvolvimento das atividades de gestão, para a melhoria dos instrumentos de apoio às decisões de gestão e para a eficácia da aplicação dos Fundos: a) Adequação da operação às prioridades definidas para o desenvolvimento das atividades de gestão; b) Contributo da operação para a melhoria dos instrumentos de apoio à Gestão.	Comum		25%	25%	15%	20%	15%	25%
Qualidade Técnica da operação em matéria de conteúdos e duração, face à sua necessidade e oportunidade: a) Adequação dos conteúdos aos objetivos da proposta; b) Viabilidade do calendário proposto face aos objetivos e conteúdos da proposta; c) Razoabilidade dos recursos mobilizados para a execução da operação.	Comum		45%	45%	30%	30%	20%	30%

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	TIPO CRITÉRIO	VALORAÇÃO	GESTÃO, ACOMPANHAMENTO, CONTROLO, AVALIAÇÃO E COMUNICAÇÃO					
			Funcionamento	Auditoria e Controlo	Sistemas de Informação	Estudos e Avaliação	Comunicação e Divulgação	Formação e capacitação das equipas de gestão
Grau de relevância das ações previstas na operação para a avaliação e disseminação de resultados: a) Adequação das metodologias e calendários das medidas propostas, em matéria de avaliação e/ou disseminação, às exigências regulamentares; b) Contributo da operação para a identificação de boas práticas.	Específico	5 - Elevada 3 - Média 1- Reduzida			15%	25%	25%	
Grau de adequação da operação para o reforço da visibilidade da aplicação dos Fundos e para o aumento da transparência e facilitação do acesso à informação: a) Adequação dos meios envolvidos aos objetivos de divulgação e visibilidade dos Fundos; b) Coerência dos conteúdos da proposta ao Plano de Comunicação dos PO e da Estratégia de Comunicação do Portugal 2020; c) Contributo das propostas para a transparência e facilitação do acesso à informação sobre a aplicação dos FEEL.	Específico				15%		25%	
Grau de adequação das metodologias formativas face às necessidades das equipas: a) Adequação dos conteúdos das propostas às necessidades das equipas; b) Adequação das metodologias formativas face aos objetivos de capacitação das equipas; c) Adequação dos calendários e oportunidade da proposta.	Específico							25%
Total - Ponderações			100%	100%	100%	100%	100%	100%